

1ª BATALHO LOGISTICO SELVA

Estudo Técnico Preliminar 34/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64124.001521/2025-27

2. Descrição da necessidade

2.1 As contratações públicas exercem expressivo impacto na dinâmica econômica nacional, considerando-se o volume de recursos mobilizados e sua relevância como instrumento de implementação de políticas públicas. Em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, o planejamento das contratações constitui etapa essencial para assegurar a eficiência, a economicidade e a efetividade nas aquisições e contratações públicas. Nesse contexto, a elaboração prévia de estudos técnicos, notadamente o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), viabiliza o conhecimento das soluções disponíveis no mercado, a identificação da melhor estratégia de contratação e a obtenção de resultados mais vantajosos para a Administração, promovendo, assim, uma gestão pública orientada para resultados e a qualificação do gasto público.

2.2 As Forças Armadas constituem instituições permanentes e regulares do Estado brasileiro, estruturadas com base na hierarquia e na disciplina. Entre suas principais atribuições, destacam-se: a defesa da integridade do território nacional; a proteção dos interesses e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos do país; a salvaguarda dos cidadãos e do patrimônio nacional; e a garantia da soberania da nação.

2.3 A missão institucional dos militares abrange a garantia dos poderes constitucionais constituídos e, por iniciativa destes, a atuação na preservação da lei e da ordem, em áreas e períodos previamente definidos. Inclui-se, ainda, a responsabilidade de assegurar o pleno exercício da soberania do Estado e a manutenção da indissolubilidade da Federação.

2.4 Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas desenvolvem ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional e para a atuação da Defesa Civil. Nesse contexto, participam ativamente da vida da população por meio do apoio a eventos comunitários, da realização de ações cívico-sociais, de campanhas de saúde pública e do atendimento a vítimas de desastres naturais.

2.5 Como uma de suas finalidades a manutenção de viaturas administrativas e militares, o 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI), Organização Militar (OM) subordinado a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), necessita manter os veículos, desta Brigada, em adequadas condições de uso, tanto para a realização de serviços administrativos externos quanto para o transporte de militares no exercício das funções constitucionais do Exército Brasileiro. Nesse sentido, a plena operacionalidade das viaturas depende da execução regular de manutenções, as quais garantem eficiência no cumprimento das missões e asseguram a segurança dos militares e dos cidadãos envolvidos nas operações.

2.6 A manutenção das viaturas visa à preservação do patrimônio público, contribuindo para o aumento da vida útil dos veículos e sua pronta recuperação para o pleno funcionamento. Essa prática reduz os custos decorrentes de acidentes e falhas mecânicas mais graves, decorrentes da falta de manutenção, além de garantir a eficiência operacional e a segurança do pessoal transportado. Dessa forma, assegura-se que as viaturas estejam sempre aptas a atender às demandas administrativas e logísticas desta OM.

2.7 A licitação objetiva a contratação de serviços de manutenção para viaturas CHEVROLET e GM, linha LEVE /MÉDIA, FIAT, linha LEVE/MÉDIA, FORD, linha LEVE/MÉDIA, VOLKSWAGEN, linha LEVE/MÉDIA, MITSUBISHI, linha LEVE/MÉDIA, LAND ROVER, linha LEVE/MÉDIA, NISSAN, linha LEVE/MÉDIA, RENAULT, linha LEVE/MÉDIA,

TOYOTA, linha LEVE/MÉDIA, AGRALE, linha LEVE/MÉDIA, FORD, linha PESADA, VOLKSWAGEN, linha PESADA, MERCEDES BENZ, linha PESADA, IVECO, linha LEVE/MÉDIA, HONDA, PEUGEOT, linha LEVE/MÉDIA, VOLVO, linha PESADA, CITROEN, linha LEVE/MÉDIA, YAMAHA CPQD 30, MERCEDES BENZ, linha LEVE/MÉDIA, IVECO, linha PESADA.

2.8 A manutenção de veículos será composta dos seguintes serviços:

2.8.1 serviços para manutenção mecânica (serviços no sistema de freios, reparo em caixas de transmissão manual e automática, reparo em sistema de injeção eletrônica, reparo em conjunto de embreagem, de direção, retífica de motor, de hidráulica, de suspensão, de escapamento e troca de lubrificantes e afins);

2.8.2 serviços de suspensão, serviços para manutenção elétrico-eletrônica (serviço de manutenção do sistema de partida – motor de partida, cilindro de ignição, motor de esguicho de água do limpador do para-brisa, trocas de fusíveis e relês, alternador, serviços de manutenção de vidros elétricos e outros serviços que se julgarem necessários);

2.8.3 serviços de geometria de pneus (alinhamento/balanceamento, cambarem e caster), serviços de borracharia completa e serviços de troca de pneus e desempenho de rodas;

2.8.4 serviços para manutenção de funilaria (serviços de lanternagem e recuperação e pintura de lataria, serviços de polimento de pinturas e outros serviços que se julgarem necessários); e

2.8.5 serviços de instalação de acessórios e Serviços de ar-condicionado (incluindo a limpeza e higienização do sistema, reposição de gás refrigerante, bem como a troca de todos os filtros relativos ao sistema).

2.9 realizar a contratação dos serviços descritos no objeto do presente termo com a finalidade de manter e/ou recuperar as condições de utilização e operacionalidade de seu quadro de veículos especializados, com o máximo de disponibilidade dentre os parâmetros necessários ao cumprimento de suas funções de transporte nas diversas missões e apoios prestados as instituições de segurança pública civis e militares, e será composta dos itens relacionados conforme Termo de Referência. (Processo Administrativo nº 64124.001521/2025-27).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Companhia de Manutenção	LUIZ VINICIUS ESTRELA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em viaturas militares, tanto administrativas quanto operacionais, possui natureza contínua, uma vez que tais serviços são essenciais para atender, de forma permanente e ininterrupta, à necessidade pública de garantir a operacionalidade dos meios de transporte da 1ª Bda Inf SI, por intermédio do 1º B Log SI. A prestação desses serviços, é fundamental para assegurar a integridade do patrimônio público e a continuidade das atividades finalísticas do Exército Brasileiro, sendo certo que sua interrupção comprometeria diretamente o cumprimento das funções institucionais atribuídas à Força Terrestre.

4.2 Os serviços serão prestados preferencialmente nas instalações da Contratada, por ocasiões mais complexas, poderá ser realizada, excepcionalmente, nas instalações da Contratante.

4.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Os serviços mecânicos serão realizados parceladamente, de acordo com a necessidade do órgão e conforme a disponibilidade de recursos orçamentários descentralizados pelo Escalão Superior.

4.4 É obrigatório que as instalações da Contratada sejam em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, visto tratar-se de veículos oficiais, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira e demais intempéries.

4.5 Excepcionalmente, como explícito no item 4.2, os serviços poderão ser realizados nas instalações da contratante no seguinte horário: de segunda-feira a quinta-feira, das 08:00hrs as 11:30hrs e das 13:00hrs as 16:00hrs, e na sexta-feira das 08:00hrs as 12:00hrs.

4.6 A Contratada deverá manter oficina para a prestação dos serviços, na fase de habilitação técnica, indicados neste Termo de Referência, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em um raio não superior a 25 (vinte e cinco) quilômetros da sede do 1º Batalhão Logístico de Selva.

4.7 O raio de 25 (vinte e cinco) quilômetros não restringe a competitividade do certame, uma vez que essa distância máxima é necessária para não prejudicar a viabilidade logística do transporte dos veículos até a oficina por força do princípio da economicidade e da efetividade, ou seja, uma distância excessiva na execução do serviço aumentaria sensivelmente o gasto com o transporte do veículo a ser executado sua manutenção, além do gasto com o pessoal e material necessário para esse fim, uma vez que se trata de um encargo da Contratante. Buscou-se assim, ponderar e sopesar a aplicação dos princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

Conforme citado nos itens 2.2, 2.3 e 2.4, o Exército Brasileiro possui missões constitucionais que devem ser mantidas 24 horas por dia, 7 dias por semana, de modo a garantir a continuidade dos serviços prestados em defesa da Pátria. A limitação do raio visa evitar que as viaturas permaneçam longos períodos indisponíveis em razão de deslocamentos extensos, garantindo a continuidade das atividades logísticas e operacionais atribuídas à 1ª Bda Inf SI.

A fixação do raio máximo de 25 (vinte e cinco) quilômetros para a instalação da oficina contratada encontra fundamento direto na necessidade de preservação da operacionalidade militar e da prontidão administrativa do 1º Batalhão Logístico de Selva. As viaturas atendidas no âmbito do contrato integram a estrutura de apoio às atividades finalísticas da 1ª Bda Inf SI, sendo imprescindível que permaneçam em área próxima à sede da Unidade, de modo a possibilitar sua rápida restituição ao serviço, caso sobrevenha demanda emergencial ou necessidade de emprego imediato;

A ampliação desse raio implicaria aumento significativo do tempo de deslocamento das viaturas até a oficina e para seu retorno à Unidade, o que acarretaria maior período de indisponibilidade da frota. Tal circunstância comprometeria a continuidade do serviço público e reduziria a capacidade de resposta logística e operacional da 1ª Bda Inf SI, especialmente em situações imprevistas. A limitação estabelecida, portanto, visa assegurar maior eficiência na gestão da frota, minimizando impactos operacionais e garantindo a manutenção da capacidade de apoio às organizações militares assistidas;

Sob o aspecto da segurança institucional, a manutenção das viaturas em perímetro próximo à sede da Organização Militar reduz riscos inerentes a deslocamentos prolongados, tais como sinistros, avarias e exposição desnecessária de bens públicos. Ademais, a proximidade geográfica facilita a fiscalização contratual, o acompanhamento técnico dos serviços executados e eventual intervenção administrativa, conferindo maior controle à Administração e mitigando riscos operacionais e patrimoniais.

A necessidade de manutenção das viaturas em perímetro próximo à sede do 1º Batalhão Logístico de Selva encontra respaldo na intensa e permanente demanda operacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, especialmente no contexto das Operações Controle, Acolhida (por intermédio da Força-Tarefa Logística Humanitária) e Catrimani II, as quais contam com atuação diuturna do Exército Brasileiro durante todos os dias do ano. Tais operações exigem elevado grau de prontidão logística, mobilidade imediata e capacidade de resposta célere, sendo imprescindível que as viaturas submetidas à manutenção permaneçam em área que possibilite rápida reintegração ao serviço, caso haja necessidade superveniente de emprego operacional. A medida encontra amparo nos princípios da eficiência, do interesse público, do planejamento e da continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como no dever da Administração de assegurar a adequada execução contratual com foco na obtenção do resultado mais vantajoso. Ademais, as informações referentes às Operações Controle, Acolhida e Catrimani II são de caráter público e encontram-se amplamente disponíveis em sítios eletrônicos oficiais do Exército Brasileiro e em veículos de comunicação, podendo ser consultadas por qualquer interessado para fins de comprovação da natureza contínua e ininterrupta das referidas operações.

Por fim, a realidade geográfica do Estado de Roraima, caracterizada por extensas distâncias intermunicipais e limitações na malha viária, reforça a razoabilidade da limitação imposta. A definição do raio de 25 quilômetros decorre de análise técnica voltada à preservação da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional e necessária ao atendimento do interesse público primário. Nesse contexto, não se mostra justificável a ampliação do referido raio, sob pena de comprometer a prontidão e a disponibilidade operacional das viaturas.

4.8 Os Materiais a serem disponibilizados, para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, conforme subitens abaixo;

4.8.1 A manutenção de veículos será composta dos seguintes serviços: serviços para manutenção mecânica (serviços no sistema de freios, reparo em caixas de transmissão manual e automática, reparo em sistema de injeção eletrônica, reparo em conjunto de embreagem, de direção, retífica de motor, de hidráulica, de suspensão, de escapamento e troca de lubrificantes e afins), Serviços de suspensão, serviços para manutenção elétrico-eletrônica (serviço de manutenção do sistema de partida – motor de partida, cilindro de ignição, motor de esguicho de água do limpador do para-brisa, trocas de fusíveis e relês, alternador serviços de manutenção de vidros elétricos e outros serviços que se julgarem necessários), Serviços de geometria de pneus (alinhamento/balanceamento, cambarem e caster), serviços de borracharia completa e serviços de troca de pneus e desempenho de rodas, serviços para manutenção de funilaria (serviços de lanternagem e recuperação e pintura de lataria, serviços de polimento de pinturas e outros serviços que se julgarem necessários), Serviços de instalação de acessórios e serviços de ar-condicionado (incluindo a limpeza e higienização do sistema, reposição de gás refrigerante, bem como a troca de todos os filtros relativos ao sistema);

4.8.2 A Manutenção de 2º escalão, que compreende as ações realizadas pelas companhias logísticas de manutenção dos batalhões logísticos (Cia Mnt/1º B Log SI), ultrapassando a capacidade dos meios orgânicos da OM responsável pelo material, engloba tarefas das atividades de manutenção preventiva e corretiva, com ênfase na reparação do Material de Emprego Militar (MEM) que apresente ou esteja por apresentar falhas de média complexidade, consistindo basicamente em:

- a) substituição e reparo de peças, subconjuntos ou conjuntos;
- b) confecção de peças simples;
- c) montagens com regulagem e verificação do funcionamento;
- d) desempenamentos, soldagens, e ajustagens;
- e) pinturas (apenas como complementação da manutenção realizada no 3º escalão);
- f) execução de Inspeções Técnicas;
- g) realização de triagem do material (separar o material que se destina aos 3º e 4º escalões);
- h) fornecimento de acessórios e peças de reposição às OM apoiadas; e
- i) prestação de assistência técnica às OM apoiadas.

4.9 O contrato terá duração de 5 (cinco) anos conforme lei de nº 14.133/21, art. 105 ao 107.

4.10 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.10.1 A Contratante, poderá receber fiscalização do Órgão Gerenciador a fim de verificar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.;

4.10.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.; e

4.10.3 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

- 4.10.4** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.10.5** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.10.6** O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.10.7** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.11** O diagnóstico da manutenção deverá ser realizado, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento do veículo. Será feito um diagnóstico do equipamento, com a emissão de um relatório dos serviços a serem executados, bem como a aplicação das peças, onde conste o orçamento detalhado e a previsão de dias para a realização da manutenção.
- 4.12** O início da execução dos serviços observará a seguinte sequência administrativa: emissão da nota de empenho, assinatura do contrato pelas partes, apresentação do orçamento pela Contratada e, por fim, elaboração e assinatura da Ordem de Serviço pelo Grupo de Recebimento e Controle da Produção (GRCP).
- A execução dos serviços somente poderá ser iniciada após a formal emissão e assinatura da Ordem de Serviço, que constituirá o ato autorizador para o início dos trabalhos, devendo a Contratada iniciar a manutenção no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data de assinatura da referida Ordem de Serviço.
- 4.13** Os orçamentos apresentados pela Contratada terão validade de 30 (trinta) dias.
- 4.14** A Contratada deverá concluir a execução da manutenção em até 30 corridos, ou, a depender da complexidade da execução do serviço, no prazo específico acordado entre a Contratante e a própria Contratada.
- 4.15** A autorização para a realização do serviço deverá ser expedida pelo 1º Batalhão Logístico de Selva e acompanhará a OS para substituição de peças, suprimentos e acessórios ou quando do fornecimento dos materiais necessários, por parte da CONTRATANTE.
- 4.16** A autorização para a realização do serviço deverá ser expedida pelo 1º Batalhão Logístico de Selva e acompanhará a OS para substituição de peças, suprimentos e acessórios ou quando do fornecimento dos materiais necessários, por parte da CONTRATANTE.
- 4.17** Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 4.17.1** recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 4.17.2** providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.17.3 exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

4.18 Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

4.18.1 que esteja previamente registrado na ANP;

4.18.2 de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

4.18.3 que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

4.18.4 classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

4.18.5 que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.19 Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

4.19.1 estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.19.2 possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.19.3 possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.20 A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.20.1 elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.20.2 adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.20.3 informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.21. Encerrada a fase de lances, para fins de habilitação técnica, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá comprovar que possui oficina com espaço físico coberto e almoxarifado, atendendo às exigências mínimas estabelecidas nos subitens seguintes, os quais serão objeto de inspeção in loco pela Contratante. Ressalta-se que, durante a fase de lances, não será exigido que a licitante possua oficina instalada no município de Boa Vista /RR, devendo tal requisito ser comprovado apenas na fase de habilitação técnica, caso seja classificada provisoriamente em primeiro lugar. Para tanto, deverá informar o endereço completo da instalação por meio do e-mail 1blogsl.salc@gmail.com:

4.21.1. Manômetros (pressão do óleo, pressão de linha de combustível e compressão de cilindros), regulador eletrônico de faróis e sistema de *raster* para escaneamento de sistemas de injeção eletrônica de veículos;

4.21.2. Elevador para picapes com capacidade mínima de 3,5 toneladas e elevador para veículos leves e/ou pesados;

4.21.3. Compressor de ar, ferramentas pneumáticas (parafusadeiras, esmerilhadeiras, lixadeiras e chaves de impacto);

4.21.4. Ferramentas manuais e especiais para reparos em suspensão, freios, motores, sistemas de transmissão e

trocas de embreagens;

4.21.5. Sistema de balanceamento e alinhamento computadorizado de rodas e estação de desmontagem/montagem de pneus com calibrador digital;

4.21.6. Scanner automotivo multimarca para diagnóstico eletrônico completo (motor, câmbio automático, ABS, airbag, direção elétrica e demais módulos);

4.21.7. Equipamento para carga, teste e diagnóstico de baterias automotivas, testador de alternadores e motores de partida;

4.21.8. Guincho hidráulico (*girafa*), macacos hidráulicos tipo jacaré, cavaletes de sustentação e torquímetros calibrados;

4.21.9. Prensa hidráulica para serviços de suspensão e rolamentos e retífica portátil de discos e tambores de freio;

4.21.10. Multímetro automotivo, alicate amperímetro e equipamentos para diagnóstico de curto-circuito e falhas elétricas;

4.21.11. Equipamento de teste e recarga de ar-condicionado automotivo;

4.21.12. Solda elétrica e oxiacetilênica, com máscara e equipamentos de proteção individual;

4.21.13. Tanque de lavagem de peças com sistema de filtragem e área específica para troca de óleo e lubrificação com coleta adequada de resíduos;

4.21.14. Instalações físicas com no mínimo 200 m², piso adequado para circulação de veículos e estrutura que garanta a segurança dos bens sob custódia;

4.21.15. Responsabilidade integral da contratada por quaisquer danos causados ao veículo ou a terceiros durante o período em que os veículos estiverem sob sua guarda;

4.21.16. Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, contemplando o ramo da atividade licitada, e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente;

4.21.17. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos (óleo usado, filtros, fluidos e peças substituídas), com comprovação de destinação final por empresa licenciada;

4.21.18. Certificados de regularidade junto ao INSS e FGTS, além de comprovação de situação regular perante órgãos ambientais e sanitários, quando aplicável;

4.21.19. Equipe técnica qualificada e registrada, com experiência em serviços compatíveis com o objeto da contratação, comprovada por atestados que somem no mínimo 1% do valor final de cada item após a fase de lances.

4.22. A exigência de que a oficina contratada disponibilize equipe técnica qualificada e registrada, em serviços compatíveis com o objeto, devidamente comprovada por meio de atestados que somem no mínimo 1% do valor final de cada item após a fase de lances, fundamenta-se na necessidade de assegurar a adequada execução contratual. O respaldo jurídico encontra-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de exigir comprovação de qualificação técnica dos licitantes, quando indispensável à garantia do cumprimento do objeto. Tal exigência, ademais, observa os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

A manutenção automotiva de viaturas, por sua natureza técnica e complexidade, envolve riscos de segurança operacional e patrimonial. Dessa forma, comprovar que a empresa já executou serviços semelhantes é medida que resguarda a Administração contra contratações ineficientes, reduzindo riscos de falhas mecânicas, retrabalho e paralisação de meios essenciais às atividades institucionais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado no sentido de que a Administração pode exigir atestados de capacidade técnica desde que de forma proporcional e devidamente motivada, como no Acórdão nº 1.214/2013-Plenário. Logo, a fixação do percentual mínimo de 1% do valor final do item revela-se adequada, razoável e proporcional, atendendo ao dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.23. Assistência técnica em caso de falhas nos serviços executados

Considerando a essencialidade da disponibilidade das viaturas para o desempenho das atividades institucionais, a contratada deverá garantir assistência técnica imediata nos casos de falhas, defeitos ou problemas decorrentes dos serviços prestados.

A contratada deverá:

4.23.1. Assumir integral responsabilidade pela correção de eventuais falhas ou vícios detectados no serviço executado, sem ônus adicional para a Administração;

- 4.23.2.** Efetuar o reparo em prazo máximo de até **72 (setenta e duas) horas**, contado da comunicação formal pela Administração, salvo nos casos em que seja tecnicamente justificado prazo superior;
- 4.23.3.** Executar a assistência técnica preferencialmente nas instalações próprias da oficina contratada, admitindo-se, em caráter excepcional e mediante justificativa da Administração, a realização em local diverso, desde que não haja prejuízo à qualidade e ao prazo do reparo;
- 4.23.4.** Manter registro formal das ocorrências e correções realizadas, integrando-os ao histórico de manutenção da viatura.

Conforme respaldo no art. 26, inc I e II , da Lei nº 8.078/1990, que permite a fixação de critérios de qualidade, prazos e garantias para assegurar a plena execução contratual, além de atender ao princípio da eficiência art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

4.24. Visando assegurar a qualidade da manutenção e a confiabilidade da frota, a contratada deverá oferecer garantia integral sobre os serviços executados e sobre as peças utilizadas na execução contratual, observando-se as seguintes condições:

4.24.1. Considerando a necessidade de assegurar a confiabilidade mecânica das viaturas e garantir a continuidade do serviço público, mostra-se tecnicamente necessária a exigência de **garantia mínima de 90 (noventa) dias** sobre os serviços executados e peças substituídas, a fim de mitigar riscos de falhas recorrentes e evitar retrabalhos que comprometam a operacionalidade da frota;

4.24.2. As peças aplicadas deverão possuir **garantia mínima de 6 (seis) meses**, contados da data da entrega da viatura à Administração, independentemente do prazo ofertado pelo fabricante, prevalecendo o prazo mais vantajoso à Administração, sem prejuízo de eventual garantia superior ofertada pelo fornecedor ou fabricante;

4.24.3. Durante o período de garantia, todos os reparos e substituições decorrentes de defeito de execução, vício oculto ou má qualidade dos materiais deverão ser realizados sem qualquer ônus adicional para a Administração;

4.24.4. O prazo de garantia será automaticamente suspenso enquanto o veículo permanecer indisponível em decorrência de reparo, reiniciando-se a contagem a partir da efetiva devolução do bem em condições adequadas de uso;

4.24.5. A contratada deverá registrar formalmente todas as intervenções realizadas em garantia, integrando-as ao histórico de manutenção do veículo.

A exigência fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021), bem como na jurisprudência consolidada do TCU e Código de Defesa do Consumidor (CDC), que admite a fixação de garantias contratuais como forma de proteger a Administração de prejuízos e assegurar a boa execução do objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A Instrução Normativa 65/2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o inciso IV, do Art. 5º. A utilização do inciso IV deve-se ao fato de não serem encontrados a totalidade dos itens licitados no painel de preços, em contratações similares ou em sítios eletrônicos especializados. Também a consulta a fornecedores em Boa Vista – RR, trará uma visão do mercado local, que por pertencer à região amazônica, apresenta características logísticas e estruturais diferenciadas das demais partes do país, fatos estes que podem vir a elevar o custo dos produtos fornecidos nesta região. Portanto, a coleta de preços junto a fornecedores, constante no inciso IV, do Art 5º da IN 65 /2021 MPOG, trará equilíbrio ao preço máximo de referência, afastando a possibilidade de fracasso ou deserção do presente certame licitatório, situação esta que seria geradora de grande prejuízo operacional ao 1º B Log SI, que presta suporte operacional e administrativo às diversas operações em que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva faz parte, e é responsável pela guarnição de grande parte das fronteiras do país.

5.2 Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que determina a apresentação das estimativas de quantitativos acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e documentos que lhes dão suporte, foram realizadas análises detalhadas sobre a frota atualmente sob a responsabilidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

O levantamento interno apontou a existência de **296 viaturas em operação não blindadas (conforme Anexo A)** classificadas em 4 categorias — **leves, médias, pesadas e extra pesadas** —, as quais representam a base física utilizada para a definição das quantidades e valores estimados desta contratação. A metodologia adotada observou critérios de proporcionalidade e adequação, considerando a distribuição das viaturas por tipo, frequência de uso e necessidade de manutenção preventiva e corretiva, de modo a garantir estimativas realistas e compatíveis com as demandas da Brigada.

A apuração do **custo total estimado** resultou no montante de **R\$ 19.857.460,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta reais)**, valor obtido a partir dos parâmetros definidos na **Diretriz de Custeio do Comando Logístico (COLOG)**, documento normativo que estabelece os referenciais técnicos e financeiros para manutenção e operação de viaturas do Exército Brasileiro. Assim, a Diretriz do COLOG constitui o **documento de suporte técnico** que fundamenta as estimativas de custo apresentadas, em estrita consonância com os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Importa destacar que, **por razões de segurança institucional e proteção de informações estratégicas**, os dados detalhados da planilha de frota (como identificação das viaturas, modelos, prefixos, localização e situação operacional) são **classificados como informações de caráter restrito**, conforme o disposto no art. 23, inciso I, da **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, e no art. 25, inciso VIII, do **Decreto nº 7.724/2012**, tendo em vista que sua divulgação poderia comprometer questões de segurança da defesa nacional e a integridade das operações militares.

Dessa forma, os referidos documentos encontram-se arquivados e sob guarda da **Seção de Material Classe IX**, permanecendo disponíveis para consulta restrita às autoridades competentes, mediante a observância dos procedimentos de segurança da informação.

Reitera-se, portanto, que as estimativas apresentadas estão devidamente fundamentadas em critérios técnicos e documentais, atendendo integralmente ao disposto na Lei nº 14.133/2021, ao mesmo tempo em que observam os preceitos de sigilo e proteção das informações de natureza sensível, conforme estabelecido pela legislação e pelas normas internas do Exército Brasileiro.

5.3 Em cumprimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, foram elaboradas as estimativas de quantitativos e respectivos custos, com base em duas metodologias complementares:

a) **Diretriz de Custeio do Comando Logístico (COLOG)** – documento normativo que define parâmetros técnicos e financeiros para manutenção, operação e suporte logístico das viaturas militares, considerando as particularidades das atividades desenvolvidas na Amazônia, o desgaste operacional e as condições de infraestrutura típicas da região de selva;

b) **Pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor**, realizada conforme orientações da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação (SEGES/MGI), contemplando propostas válidas, obtidas em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES nº 65 /2021.

A aplicação da **Diretriz de Custeio do COLOG**, resultou em um custo total estimado de **R\$ 19.857.460,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta reais)**, valor que reflete o custo técnico completo de manutenção da frota de **296 viaturas**, classificadas em leves, médias, pesadas e extra pesadas. Esse valor constitui a **referência técnica de sustentação orçamentária**, assegurando que o planejamento da contratação contemple todos os custos indiretos e operacionais inerentes à manutenção das viaturas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Por sua vez, a **pesquisa de preços junto ao mercado** apresentou o valor médio de **R\$ 15.959.209,37 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e nove reais e trinta e sete centavos)**, conforme item 8, para os mesmos itens e quantidades de viaturas, refletindo o comportamento atual dos preços praticados por fornecedores privados.

Considerando as manifestações e entendimentos firmados pela **Advocacia-Geral da União (AGU)** e pela **Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação (SEGES/MGI)**, que orientam pela adoção do **menor valor**

tecnicamente fundamentado como base estimada da contratação, adota-se, portanto, o valor de **R\$ 15.959.209,37** como **referência estimada para o certame**, sem prejuízo de manter nos autos a memória de cálculo oriunda da Diretriz de Custeio do COLOG, a qual permanece como parâmetro técnico interno de validação e planejamento.

Ressalta-se que, por se tratar de **pregão eletrônico**, o valor ora estimado **tende a ser reduzido na fase competitiva**, em razão da apresentação sucessiva de lances pelos licitantes, o que reforça **a economicidade da contratação**, conforme o princípio disposto no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, o processo de estimativa de custos observa plenamente os princípios da **planejamento, transparência, motivação, economicidade e eficiência**, apresentando valores tecnicamente fundamentados, amparados por documentos oficiais e pela metodologia orientada pela AGU e pela SEGES/MGI, garantindo a segurança jurídica e a regularidade do procedimento licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Será adotada a modalidade pregão eletrônico, por meio do Sistema de Registro de preços, para eventual contratação de serviços continuados sem mão de obra exclusiva de manutenção de viaturas especializadas, veículos e acoplamentos com emprego de peças e acessórios novos, genuínos/originais ou com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original (ABNT NBR 15296), para a frota da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) e Organizações Militares Vinculadas Administrativamente (OMVA).

6.2 O certame será julgado pelo critério de menor preço global por grupo de itens, sendo exigida a apresentação de proposta com valores unitários para cada item integrante do grupo, prevalecendo, para fins de classificação e adjudicação, o menor valor global do respectivo grupo, sendo o julgamento por menor preço por item e regime de execução: menor preço global por grupo de itens.

Tal modelo de execução se faz necessário devido aos serviços de manutenção veicular envolverem a aplicação direta de peças associada à execução de mão de obra especializada, verificando-se inequívoca interdependência técnica entre o fornecimento dos componentes e a realização dos serviços. A adequada instalação, regulagem e testagem dos itens substituídos constituem etapas indissociáveis do processo de manutenção, sendo determinantes para garantir segurança, confiabilidade mecânica e pleno funcionamento das viaturas.

A eventual contratação de empresas distintas para fornecimento de peças e execução dos serviços poderia gerar conflito de responsabilidades quanto à origem de falhas ou defeitos apresentados após a manutenção, dificultando a exigência de garantia, ocasionando retrabalho e aumentando o tempo de indisponibilidade da viatura, em prejuízo à continuidade do serviço público.

Acrescenta-se a particularidade logística da execução contratual, considerando que os serviços serão realizados no município de Boa Vista/RR. A contratação dissociada de fornecedor de peças sediado em unidade federativa distante da oficina executora poderá ocasionar atrasos relevantes no fornecimento dos componentes, em razão da distância geográfica e das limitações logísticas inerentes ao transporte até o Estado de Roraima. Tal circunstância pode resultar na permanência de viaturas imobilizadas aguardando a chegada de peças, mesmo havendo disponibilidade imediata da oficina para execução do serviço.

Além disso, há risco concreto de envio de peças incompatíveis ou incorretas quando o fornecimento ocorre de forma dissociada da oficina responsável pela aplicação. Nessa hipótese, a necessidade de devolução e nova remessa do componente adequado poderá ampliar significativamente o tempo de indisponibilidade da viatura. Por outro lado, quando o fornecimento e a aplicação são realizados por um único contratado com estrutura local, conforme item 4.6. e 4.21. deste Estudo, eventual necessidade de substituição imediata da peça pode ser solucionada com maior celeridade, mitigando impactos operacionais.

O agrupamento dos itens por grupo assegura responsabilidade contratual única, garantia integral sobre peças e serviços aplicados, maior celeridade na execução das manutenções e mitigação de riscos administrativos, logísticos e operacionais, especialmente no contexto geográfico em que se dará a execução contratual.

Ressalta-se que a formação dos preços permanecerá transparente, mediante apresentação obrigatória de valores unitários para cada item integrante do grupo, preservando-se a competitividade, a ampla participação de interessados aptos à execução integral do objeto e o adequado controle pela Administração.

Dessa forma, o modelo adotado observa os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, mostrando-se tecnicamente necessário para assegurar a adequada operacionalidade da frota e a continuidade das atividades institucionais.

6.3 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.1 efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos serviços prestados, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.3.3 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.3.4 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.3.6 responsabiliza-se integralmente pela prestação dos serviços licitados, mediante recebimento da NOTA DE EMPENHO (NE), assinatura do contrato e Ordens de Serviços assinadas pelas partes de acordo com este ETP, nos termos da legislação vigente;

6.3.7 não realizar o serviço do objeto licitado sem a prévia NOTA DE EMPENHO (NE), assinatura do contrato e respectiva Ordens de Serviços assinadas pelas partes, para início das atividades;

6.3.8 constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será notificada por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação. Caso não regularize dentro do prazo e não solicite prorrogação de prazo será aberto procedimento administrativo;

6.3.9 designar preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, quando necessário;

6.3.10 caso haja necessidade de adequação de algum item do objeto, face descontinuidade de produção ou desabastecimento nacional, a contratada, deverá apresentar justificativa e/ou solicitação por escrito, com a descrição detalhada do item, no prazo máximo de 2 (dois) dias posterior ao recebimento da NOTA DE EMPENHO;

6.3.11 arcar com todos os ônus necessários ao fornecimento dos serviços licitados e contratados, mediante Nota de Empenho, à completa e correta realização dos serviços, inclusive impostos, taxas, e emolumentos incidentes sobre o objeto desta licitação, fretes, bem como os encargos técnicos e de seguro de acidente do trabalho;

6.3.12 assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, aos encargos trabalhistas, aos prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

6.3.13 não será admitida em nenhuma hipótese de transferência do Contrato, no todo ou em parte, a outrem;

6.3.14 permitir que servidor do Órgão Gerenciador, designado para este fim, o Fiscal de Contrato, efetue a devida fiscalização da documentação fiscal recebida, da entrega dos serviços, bem como, da quantidade e da qualidade dos serviços licitados e contratados, mediante Nota de Empenho;

- 6.3.15** solicitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, na Companhia de manutenção, situada no interior das instalações do Órgão Gerenciador, local onde será realizada a entrega dos serviços solicitados mediante Nota de Empenho em horários constantes em acordos firmados entre as partes;
- 6.3.16** selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão transportar e executar os serviços de entrega do objeto da licitação, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das atividades, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 6.3.17** manter disciplina nas instalações militares, retirando imediatamente, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 6.3.18** manter os funcionários devidamente identificados com crachá, com fotografia recente e uniformizados, provendo-os com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's que se fizerem necessários;
- 6.3.19** responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 6.3.20** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 6.3.21** cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 6.3.22** instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração, comunicando imediatamente a este, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- 6.3.23** manter supervisionados os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 6.3.24** identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- 6.3.25** executar a entrega dos serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;
- 6.3.26** repor qualquer material ou bem pertencente à Administração e/ou terceiros que for danificado, roubado ou furtado na entrega do material, por negligência de seus funcionários, após devida apuração do fato, assegurada ampla defesa;
- 6.3.27** responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de entrega dos serviços, em razão de ação ou omissão ou de quem em seu nome agir;
- 6.3.28** utilizar toda e qualquer mão de obra complementar necessária à perfeita entrega dos objetos licitados, sem ônus para a Administração;
- 6.3.29** assumir inteira responsabilidade do fornecimento dos materiais necessários para a realização dos serviços contratados de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.
- 6.3.30** responder perante o 1º B Log SI e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo contratação deste Registro de Preços;
- 6.3.31** solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com o objeto desta Especificação Técnica.

6.3.32 responder perante o 1º Batalhão Logístico de Selva, bem como a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo contratação deste Registro de Preços.

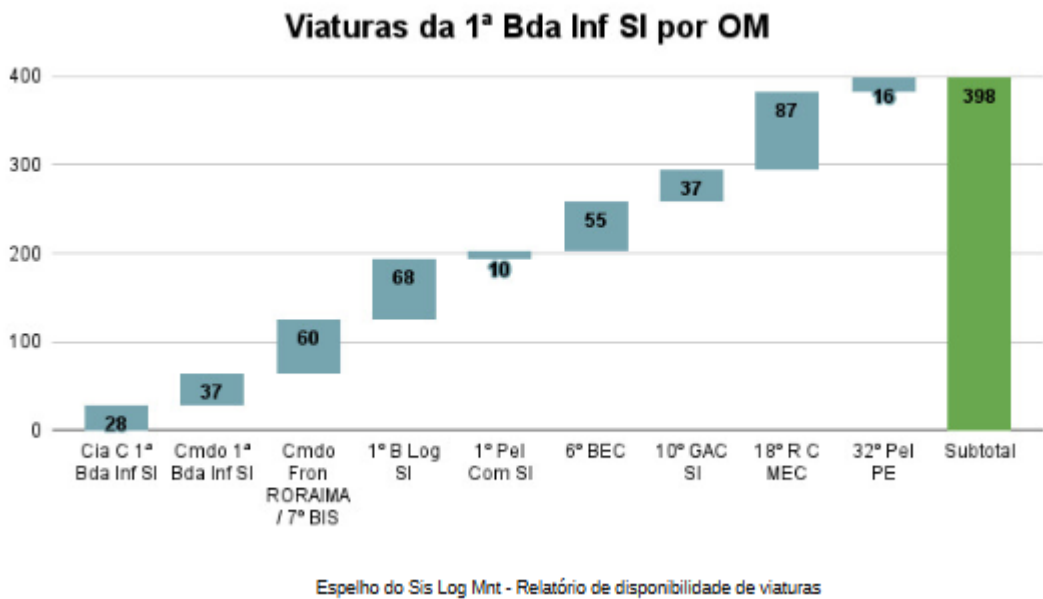
6.3.33 será vencedora do item, a licitante que ofertar o menor preço, comprovar sua capacidade em executar todos os serviços e atender a todas as exigências previstas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos;

6.3.34 os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.4 Não será destinados cota reservada, aos item agrupados, de acordo com os Art, 47 e 49 da Lei 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista a especificidade do objeto da presente licitação, tudo de acordo com o Inciso III, do Art 49, da supracitada Lei.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As estimativas do quantitativo de serviços a serem contratados, são elaboradas de acordo com o histórico de manutenções já realizadas, utilizando-se como parâmetro as manutenções concretizadas nos anos de 2022, 2023 e 2024 em conjunto à consulta realizada junto ao Sistema de Controle Físico (SisCoFis) do Exército Brasileiro e Sistema Logístico de Manutenção (SisLogMnt), gerando assim a demanda do 1º Batalhão Logístico de Selva, consolidada em requisição;



7.2 Critérios e Metodologia Utilizados

A estimativa das quantidades foi elaborada com base nos seguintes critérios:

- **Histórico de consumo e contratação dos últimos 3 (três) anos**, conforme registros disponíveis nos sistemas administrativos do 1º B Log SI SisCoFis e SisLogMnt;
- **Necessidade operacional constante**, considerando as atividades logísticas típicas de um Batalhão logístico de Selva;
- **Previsão de aumento/redução da demanda**, com base em planejamento anual de atividades e alterações de efetivo e área de atuação;
- **Documentos de apoio**, como relatórios de consumos, ordens de serviço e planejamentos operacionais, que permitem projetar a demanda com base em evidência concretas.

A metodologia empregada consistiu na média ponderada dos consumos históricos, ajustada por fatores de correção definidos com base nas variações identificadas no planejamento estratégico do Batalhão para o próximo exercício.

7.2 Fatores que podem alterar a projeção

Consideram-se, ainda, os seguintes fatores que podem influenciar a projeção:

- **Variações climáticas e geográficas que impactam** diretamente no uso das viaturas;
- **Possíveis alterações na malha logística regional** que demandem maior capacidade de resposta;
- **Novas diretrizes do Comando Militar da Amazônia** com impacto direto nas operações da 1ª Bda Inf SI.

7.3 Análise de Economia de Escala

Considerando o volume global projetado para a contratação, foi avaliado o potencial de ganho por **economia de escala**, especialmente nos seguintes aspectos:

- Redução proporcional no custo unitário de itens consumíveis, conforme cotação preliminar de fornecedores;
- Ganhos administrativos na gestão contratual, com redução do número de aquisições e maior previsibilidade orçamentária.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.959.209,37

8.1 Executado conforme preconiza a Instrução Normativa, SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre processo para realização da pesquisa de preços para contratação de serviços e bens em geral, no âmbito da administração pública federal. Para o presente objeto utilizou-se o artigo 5º, inciso IV, tal amparo se dá pelo fato de não serem encontrados a totalidade dos itens licitados no painel de preços, em contratações similares ou em sítios eletrônicos especializados.

Considerando-se as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 quanto à necessidade de conhecer o mercado fornecedor, destaca-se que a realização de consulta a fornecedores estabelecidos em Boa Vista – RR é fundamental para a caracterização do ambiente de contratação. Trata-se de uma região inserida no contexto geográfico da Amazônia Legal, a qual apresenta condições logísticas e estruturais específicas, como dificuldades de acesso, limitações no transporte rodoviário e menor densidade industrial, fatores que influenciam diretamente na formação dos preços praticados.

Dessa forma, a análise de mercado local permite aferir a realidade regional quanto à oferta de serviços e aos custos envolvidos, conferindo maior precisão à estimativa de preços e à definição da estratégia de contratação. Ressalta-se que tais particularidades podem justificar variações de preços em relação a outras regiões do país, sem que isso configure sobrepreço, mas sim reflexo das condições locais que impactam na cadeia de fornecimento.

Por conseguinte, a realização da coleta de preços junto a fornecedores, conforme previsto no inciso IV do Artigo 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 do MPOG, é medida fundamental para assegurar o equilíbrio do preço máximo de referência estabelecido para esta contratação. Tal procedimento contribui para minimizar os riscos de fracasso ou deserção no certame licitatório, circunstâncias que poderiam acarretar significativo prejuízo operacional à 1ª Bda Inf SI e suas OM subordinadas, onde são responsáveis pelo suporte operacional e administrativo às diversas operações das quais participam, além de garantir a defesa e a segurança de ampla faixa das fronteiras nacionais. Dessa forma, a adequada definição do preço de referência é indispensável para a continuidade das atividades institucionais e a preservação da eficiência do emprego da força.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em conformidade com a alínea b, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão, sempre que possível, ser divididos em parcelas, com vista a garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. A divisão do objeto será adotada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável, respeitando-se os princípios da eficiência, economicidade e isonomia entre os licitantes, sem prejuízo da economia de escala.

9.2 Todavia, tal disposição não se aplica à presente demanda, tendo em vista a necessidade de se promover o agrupamento dos itens. Assim, afasta-se o parcelamento do objeto, optando-se pela realização da licitação com os itens agrupados. Justifica-se essa decisão pela natureza interdependente dos serviços de manutenção e do fornecimento de peças, os quais serão contratados conjuntamente, com base no critério de julgamento do maior percentual de desconto sobre os valores constantes em plataforma eletrônica de preço público sugerido pelo fabricante. Tal medida visa assegurar maior economicidade, racionalização da execução contratual e a obtenção de melhores condições para a Administração Pública.

9.3 Este Batalhão, como citado anteriormente, já fez à aquisição da plataforma de preço público sugerido, sendo a AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA a fornecedora deste software, e, caso a Contratada necessite acessar o referido sistema, para auferir preços e não possua credenciais, deverá solicitar por ofício à contratante, que emitirá a consulta requisitada, assinada por autoridade competente.

9.4 A adoção do Pregão na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pelo fato de esta Organização Militar receber recursos orçamentários de maneira fracionada ao longo do exercício e realizar diversas operações militares em diferentes períodos do ano, o que exige flexibilidade e agilidade na contratação de bens e serviços. O SRP permite a aquisição conforme a necessidade e disponibilidade de recursos, evitando o comprometimento antecipado do orçamento e assegurando o pronto atendimento das demandas operacionais. Além disso, o uso do Pregão garante maior competitividade, transparência e economicidade, possibilitando a obtenção de melhores preços e condições vantajosas para a Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessário.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A solicitação está ligada ao Plano de Gestão do 1º B Log SI no Objetivo Estratégico Organizacional O1 - Prover o Apoio Logístico de modo a maximizar o poder de combate dos elementos apoiados, na estratégia E1.1 - Contribuir para a disponibilidade de materiais de emprego militar dos elementos apoiados e realizar salvamento de material salvado e recuperado, e ação 1.1.4 - Estabelecer ações preventivas de manutenção dos SMEM. Com a contratação proposta nesse certame licitatório, o 1º B Log SI conseguirá realizar a manutenção dos SMEM próprio e da 1ª Bda Inf SI.

11.2 A presente demanda integra os esforços permanentes do 1º B Log SI para o fortalecimento do apoio logístico, com o objetivo de garantir a continuidade e a eficácia das operações da 1ª Bda Inf SI. Essa iniciativa contribui diretamente para a maximização do poder de combate das tropas e para a efetividade das ações do Ministério da Defesa, além de reforçar a coesão institucional e a credibilidade da Força Terrestre. A contratação proposta está alinhada aos vetores estratégicos estabelecidos no planejamento logístico e operacional da Organização Militar, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

11.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000428/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 11/10/2024;

III) Id do item no PCA: 336, 337;

871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IV) Classe/Grupo: REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS e 2540 - EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 160907-8/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Para o desempenho das atividades diárias, a 1ª Bda Inf SI e as demais Organizações Militares, dependentes do 1º Batalhão Logístico de Selva no que tange a manutenção de MEM classe IX, necessitam de continuidade e segurança nas manutenções realizadas.

12.2 A execução da presente contratação, que tem por objeto a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em viaturas, visa garantir a operacionalidade e disponibilidade contínua dos meios de transporte pertencentes ao 1º Batalhão Logístico de Selva, bem como das Organizações Militares por ele apoiadas no estado de Roraima. A medida contempla, ainda, as demandas decorrentes do apoio à **Operação Acolhida**, assegurando a pronta resposta logística necessária às ações desenvolvidas. A contratação centralizada de tais serviços visa otimizar recursos, garantir maior eficiência na execução das manutenções e preservar o patrimônio público.

12.3 A área de responsabilidade do 1º B Log SI abrange nove Organizações Militares do Exército Brasileiro, além de seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), distribuídos em pontos estratégicos da região, bem como as operações em curso sob coordenação do Ministério da Defesa. Esse cenário impõe elevados desafios ao planejamento e à coordenação logística, especialmente no tocante ao fornecimento de peças e insumos necessários à manutenção das viaturas. Entre os principais fatores que impactam negativamente a cadeia logística, destacam-se: as grandes distâncias a serem percorridas, o clima regional quente e úmido, a ampla dispersão das tropas em áreas remotas de fronteira, a sazonalidade dos rios amazônicos e, em muitos casos, a limitação da infraestrutura disponível. Tais condições exigem soluções logísticas eficientes, contínuas e adaptadas à realidade regional para garantir a manutenção da operacionalidade das forças.

12.4 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que será anexo a este ETP.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para que o Termo de Referência produza os efeitos esperados, será necessária a descentralização de créditos orçamentários para esta Organização Militar, em conformidade com as demandas decorrentes da descrição dos problemas identificados. Tal medida é essencial para viabilizar a execução contratual e atender, de forma eficiente, às necessidades operacionais previstas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em viaturas militares envolve o manuseio e descarte de resíduos que, se não tratados adequadamente, podem gerar impactos ambientais negativos. Dentre os principais riscos ambientais estão o vazamento ou descarte incorreto de óleos lubrificantes, fluidos automotivos, filtros, baterias, pneus usados e peças metálicas, os quais são classificados, em sua maioria, como resíduos perigosos, conforme a Resolução CONAMA nº 362/2005 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Dessa forma, torna-se imprescindível que a empresa contratada observe e cumpra rigorosamente a legislação ambiental vigente, adotando práticas adequadas de coleta, armazenamento temporário, transporte e destinação final dos resíduos gerados durante os serviços. Deverá, ainda, manter licenças ambientais válidas e firmar compromisso com a destinação responsável, preferencialmente por meio de empresas licenciadas e recicladoras homologadas, quando aplicável. Além disso, deverão ser evitadas quaisquer práticas que possam acarretar contaminação do solo, da água ou do ar no ambiente de trabalho. O não cumprimento das exigências ambientais poderá ensejar sanções administrativas e a rescisão contratual, conforme os normativos aplicáveis. A exigência de conduta ambientalmente responsável por parte da contratada visa mitigar os potenciais impactos ambientais, alinhando-se ao princípio da sustentabilidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes de responsabilidade ambiental da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em viaturas militares do 1º Batalhão Logístico de Selva revela-se viável, necessária e estratégica, com base nos seguintes fundamentos:

15.2 Atendimento à Missão Institucional

O 1º Batalhão Logístico de Selva é responsável por prover apoio logístico de manutenção, suprimento e transporte às organizações militares subordinadas em ambiente de selva, caracterizado por elevado grau de complexidade e isolamento geográfico. A operacionalidade e a disponibilidade dos meios de transporte dependem diretamente da prestação contínua e eficiente dos serviços de manutenção, fator essencial para garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade.

15.3 Ineficiência da Aquisição Individualizada e Emergencial

A contratação eventual e pontual de serviços de manutenção por meio de dispensa de licitação ou em regime emergencial ocasiona aumento dos custos, perda do controle logístico e risco à continuidade das operações. Além disso, compromete o planejamento orçamentário e a eficiência administrativa da unidade. Dessa forma, a adoção de procedimento licitatório formal para atendimento regular das demandas de manutenção revela-se mais vantajosa, possibilitando ganhos de escala, maior previsibilidade e melhor gerenciamento dos recursos públicos.

15.4 Adequação Técnica e Econômica

A pesquisa de preços realizada no mercado local demonstrou a existência de fornecedores capacitados, com ofertas compatíveis aos valores praticados pela Administração Pública. A contratação centralizada, que abrange os serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, permite maior abrangência, economicidade e padronização na prestação dos serviços, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos.

15.5 Viabilidade Logística e Contratual

A estrutura administrativa do 1º B Log SI possui capacidade técnica e operacional para acompanhar a execução do contrato, abrangendo o recebimento, fiscalização, controle e avaliação dos serviços prestados até a liquidação da despesa. Ademais, a contratação proposta está plenamente alinhada aos princípios e dispositivos da Lei nº 14.133 /2021, assegurando a legalidade, eficiência e o atendimento efetivo do interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ VINICIUS ESTRELA DA SILVA

Membro da comissão de contratação